

CARTA DOS DIREITOS CLIMÁTICOS DA MARE



GRUPO DE TRABALHO

Brenda Vitória, Caroline Medeiros Rocha Frasson, Diana Souza, Flávia Bellaguarda, Gabrielle Alves, Isadora Gran, Joelma Sousa, Mariane Rodrigues, Vinicius Lopes, Victória Oliveira.

REVISÃO

Flávia Bellaguarda, Isadora Gran, Joelma Sousa, Renata Moraes e Sérgio Besserman

DOCUMENTÁRIO

Douglas Lopes

Agradecimento especial aos participantes do evento presencial e coleta de ideias para a Carta dos Direitos Climáticos em julho de 2022: Amanda Santo, Ana Carolina Martins, Breno Chagas, Claudia Pires, Cristiene Ribeiro, David Alves, David da Silva, Gabriela da Silva, Geandra Nobre, Inahra da Silva, Ivani Figueiredo, Juliana Machado, Jonatan de Castro, Levi Germano, Lorena Froz, Maria Ribeiro, Mariane Rodrigues, Mateus Granja, Naldinho, Natalia N Cavalcanti, Natália Sant 'Anna Gomes, Pâmela Carvalho, Ramon Vellasco, Raquel Teixeira, Roni Oliveira Amorim, Shyrlei Rosendo, Silas Nascimento, Tiago do Nascimento, Wellington Silva

Agradecimento especial ao demais membros da equipe Climate Reality Project Brasil: Julia Caon Froeder, Luan Werneck, Luane Teixeira, Naene Nunes, Suellen de Araújo, Thalison Correa.

REALIZAÇÃO:



data_labe



APOIO:



LONA CULTURAL MUNICIPAL HERBERT VIANNA



Ard-Chonsalacht na hÉireann
Consulate General of Ireland



CENTRO BRASIL NO CLIMA

Outubro de 2022

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	#04
CAP. 01 - FAVELAS NO RIO DE JANEIRO E O COMPLEXO DA MARÉ	#05
CAP. 02 - RACISMO AMBIENTAL	#07
CAP. 03 - DIREITOS CLIMÁTICOS	#08
CAP. 04 - SONHOS DO COMPLEXO DA MARÉ	#09
4.1 SANEAMENTO	#09
4.2 SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR	#11
4.3 URBANIZAÇÃO	#12
4.4 GÊNERO E RAÇA	#13

INTRODUÇÃO

Vivemos hoje a maior crise do nosso século. A crise climática, que é causada pela ação humana na Terra, por meio da queima de combustíveis fósseis derivados do petróleo, carvão mineral e gás natural, da conversão do uso do solo para atividades como a agropecuária, e o desmatamento desenfreado.

Isso parece ser algo distante do nosso território, mas é aqui no Complexo da Maré no Rio de Janeiro que sentimos na pele os efeitos, assim como tantos outros lugares de vulnerabilidades do Brasil.

A Mudança Climática escancara e intensifica as desigualdades sociais, raciais e de gênero existentes, criando abismos de extrema marginalização. De acordo com o Painel Intergovernamental de Mudança Climática, os mais vulneráveis sofreram na última década **15 vezes mais** os efeitos da crise climática, **e esse cenário será ainda pior** na atual década que estamos vivendo.

Sabemos que é necessário ter consciência dos efeitos drásticos da mudança climática e agilidade nas ações para criarmos um modelo mais sustentável de mundo. Ferramentas como **educação climática, justiça climática, análise de vulnerabilidade do território, políticas de adaptação implementadas e acesso a financiamento climático** são fundamentais para que o Complexo da Maré possa viver uma realidade diferente.

Porém, as ferramentas citadas acima ainda estão distantes da nossa realidade, e o desafio para integrar a pauta da mudança climática no território é grande, afinal o nosso dia a dia é composto por muitas questões complexas que serão abordadas no decorrer da carta.

Por esse motivo, em julho de 2022, foi iniciado o movimento **“Está rolando um Clima na Maré”** no qual moradores, coletivos e lideranças faveladas se reuniram na Lona Cultural para debater a pauta da mudança climática que ainda pouco se conecta com as favelas e periferias. Após um dia rico de debates e vários encontros online nos últimos meses a **carta dos Direitos Climáticos da Maré** foi criada com o objetivo de consolidar em um único documento o sonho das pessoas que moram no complexo da Maré e que vislumbram a possibilidade de morar em um lugar mais verde, resiliente e adaptativo. A carta é apenas o primeiro passo, e esperamos que seja a porta de entrada para que diversas ações concretas cheguem no Complexo da Maré.

FAVELA NO RIO DE JANEIRO E O COMPLEXO DA MARÉ

As favelas, assim como os cortiços, nasceram como estratégia para acabar com o déficit habitacional, abrigando principalmente trabalhadores pobres que necessitavam morar próximo de locais que ofereciam trabalho. Com o legado escravocrata, os negros foram marginalizados social, política e economicamente e mesmo depois de alforriados, continuaram discriminados pela sociedade. Além disso, o acesso à terra lhes foi negado, o que levou muitos a condições de miserabilidade e resultou em um deslocamento em massa de negros alforriados e brancos pobres para as cidades e quilombos periurbanos ou rurais. Os quilombos representavam para o Estado e para os grupos dominantes uma ameaça à ordem estabelecida. Enquanto isso, para os quilombolas, os quilombos eram a possibilidade de resistência à escravização e à vida imposta pelo Estado colonial e imperial. Podemos entender as favelas hoje como **um espaço de quilombo transmutado**, ambos os espaços foram e são estigmatizados ao longo da história socioespacial da cidade.

As favelas cariocas abrigam cerca de **1.434.975 habitantes**, o equivalente a **22% da população do Rio de Janeiro**, espalhados em **1.018 favelas** nas diferentes regiões da cidade (Data Rio 2018). O maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro é a Maré. Um complexo de favelas localizadas na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, sendo elas: Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Marcílio Dias, Parque Maré, Parque Rubens Vaz, Parque Roquete Pinto, Parque União, Nova Holanda, Praia de Ramos, Conjunto Esperança, Vila do João, Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Salsa e Merengue. Três das principais vias expressas da cidade passam pelo território: a Linha Vermelha e a Avenida Brasil circundam os limites da Maré; já a Linha Amarela atravessa a Maré nas proximidades com a Cidade Universitária, o que deixa o território em posição estratégica na cidade. O Censo Demográfico 2000 e 2010, apontam que, **no intervalo de 10 anos, a Maré teve um crescimento populacional de mais de 12%**, dado que contrasta com o fato de que, segundo o Índice de Desenvolvimento Social da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2010), do Instituto Pereira Passos, a Maré ocupa um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade.

A Maré assim como outros espaços urbanos extremamente vulneráveis sofrem com inúmeras violações de direitos. Em um cenário recente da Covid-19, por exemplo, o Complexo da Maré chegou a ter uma letalidade duas vezes maior que a cidade do Rio de Janeiro no primeiro ano de pandemia. Foi necessária uma intervenção de institutos de pesquisa mais lideranças ativistas da Rede da Maré para atenuar a situação. As condições de saúde e taxa de mortalidade na pandemia estão interligadas seja pela falta de saneamento básico estruturado, insegurança hídrica, a alta densidade populacional, moradias pouco ventiladas e violência urbana (Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas - Fiocruz 2020).

FAVELAS DO BAIRRO DA MARÉ

01. CONJUNTO ESPERANÇA
02. VILA DO JOÃO
03. CONJUNTO PINHEIROS
04. VILA DOS PINHEIROS
05. NOVO PINHEIROS (SALSA E MERENGUE)
06. CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS
07. MORRO DO TIMBAU
08. BAIXA DO SAPATEIRO
09. NOVA MARÉ
10. PARQUE MARÉ
11. NOVA HOLANDA
12. PARQUE RUBENS VAZ
13. PARQUE UNIÃO
14. PARQUE ROQUETE PINTO
15. PRAIA DE RAMOS
16. MARCÍLIO DIAS*



*NÃO APARECE NO MAPA

RACISMO AMBIENTAL

O Racismo Ambiental enfatiza as questões ambientais para além da preservação e conservação dos ambientes naturais. **O Racismo Ambiental incide sobre populações periféricas e marginalizadas que têm os seus direitos violados por sua cor/raça e ou etnia por meio do risco ambiental a sua saúde e bem-estar.** Em nosso país, são afetados inúmeros territórios rurais, como os de povos originários, quilombolas e/ou comunidades tradicionais, já no meio urbano essa ocorrência se dá em periferias, lugares estereotipados enquanto marginalizados, comunidades e favelas. Por meio da expropriação, negligência e não cumprimento de lei, decretos ou normas ambientais, que diante da não fiscalização ou até flexibilização de órgãos competentes colocam diversas populações expostas a riscos e degradações ambientais de maneira muito acentuada, em vista a outras regiões.

A injustiça ambiental se manifesta através do racismo ambiental, pela existência dos fenômenos sociais do racismo estrutural e institucional. O racismo estrutural de maneira concisa é o conjunto de práticas discriminatórias históricas e culturais dentro da sociedade que privilegia uma raça em detrimento de outras que no caso favorece a hierarquização e dominação do branco ao não branco. O racismo institucional significa a imposição de regras e padrões racistas por parte de instituições que estão vinculadas à ordem social que visam resguardar.

Os somatórios desses fenômenos e as violências ocasionadas pelo Racismo Ambiental devem ser identificadas junto às comunidades e territórios de ocorrência, para que seja possível a elaboração de estratégias junto à sociedade civil para o combate a essas violações, por meio da elaboração, revisão e acompanhamento no cumprimento de leis. Além da construção de incidência das políticas públicas socioambientais e sociorraciais nas agendas políticas para sua implementação.

DIREITOS CLIMÁTICOS

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. É isso que diz a Constituição do Brasil. Contudo, esse direito, como tantos outros, nunca foi aplicado de forma equânime. Enquanto uma parcela pequena da população tem acesso a bens comuns ambientais saudáveis, outra - a maior - sofre com a falta de ar limpo, água potável e regular, paisagens verdes, direitos aos seus próprios territórios e modos de vida e saneamento.

Essa situação é agravada pelos efeitos negativos do aumento da temperatura média do planeta. Esse fenômeno causa mudanças nos padrões do clima global, implicando em secas, chuvas e inundações, furacões, ciclones, ondas de calor e frio, entre outros eventos climáticos, cada vez mais intensos e frequentes do que antes.

Esses eventos climáticos causam desastrosas consequências para populações vulnerabilizadas que não possuem recursos, sejam eles financeiros ou de infraestrutura cívica, para serem resilientes a essas crises, aprofundando desigualdades. O complexo da Maré, como muitas comunidades, possui pouco acesso aos bens públicos, assim como recebe poucos investimentos para melhorar a infraestrutura que a comunidade necessita para se adaptar e resistir a qualquer mudança nas condições naturais.

Hoje, essas oscilações climáticas não podem ser mais consideradas exceções. Eles fazem parte do novo normal. E como a nossa Constituição própria fala, nós temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Atualmente, mais do que nunca, precisamos exigir esse direito, de forma que não entremos no rol dos desabrigados climáticos. Não podemos perder nossas vidas, casas e comunidade para um fenômeno que está sendo anunciado há 50 anos. Adaptação climática é sobrevivência. Reconhecer esse cenário como um direito a ser exigido é fundamental e os caminhos para tal passam pela mobilização social, fortalecimento de coletivos e organizações de base, mais acesso à educação climática, desenvolvimento de políticas públicas efetivas de forma participativa e colaborativa. Caso seja necessário aumentar a pressão, com uma base articulada e engajada é também possível exigir mudanças por meio do litígio climático.

SONHOS DO COMPLEXO DA MARÉ

Para que seja possível demandar ações concretas no Complexo da Maré, antes é necessário imaginar como queremos viver esse mundo mais regenerativo, resiliente e adaptativo. Acesso a educação climática, desenvolvimento de processos de criação, debate e aprendizados são fundamentais. No encontro feito em julho de 2022 com a presença de 50 pessoas entre coletivos, lideranças e moradores da Maré e os demais encontros online até o lançamento da carta foi possível consolidar a voz de diversas pessoas que já sonham com uma Maré mais verde! Em seguida será apresentado em quatro segmentos distintos: Saneamento, Segurança Alimentar, Urbanização, Gênero e Raça as ações demandadas em cada eixo. Porém, como o próprio nome da carta já elucida, essa é a Carta dos Direitos Climáticos da Maré, por esse motivo é importante ressaltar que precisamos ter como base de atuação climática no território as seguintes medidas que deve ser consideradas de forma transversal em todos os eixos temáticos:

- (i) Produção permanente de conhecimento sobre todos os tipos de impactos Climáticos no Complexo da Maré pela prefeitura, academia e terceiro setor, sempre com escuta ativa dos moradores da Maré sobre o que estão observando.
- (ii) Planejamento e execução de políticas públicas para adaptação a esses impactos e de apoio aos que necessitem. Nenhuma obra ou política pública deve ser executada sem considerar as mudanças do Clima e ouvir a população.
- (iii) Ações preventivas como fortalecimento dos equipamentos de saúde, da defesa civil e da comunicação com e entre os moradores.
- (iv) Atenção especial deve ser dada aos eventos Climáticos de impacto direto na saúde e bem estar da população como inundações, ondas de calor ou agravantes perigosos do aumento do aquecimento global como a falta de saneamento básico.

4.1 SANEAMENTO

O Complexo da Maré é formado por 16 favelas diferentes, que possuem formação urbanística diferentes. Isso indica que as infraestruturas de saneamento básico na Maré também diferem de favela para favela, e portanto, quando se pensa nos efeitos da crise climática nesses territórios, também deve-se pensar nas particularidades de cada um deles.

Quando se pensa nas inter relações entre saneamento e o avanço da crise climática, um dos efeitos mais perceptíveis no território é a relação entre as chuvas mais intensas e as consequências no território, que não possui infraestrutura para mitigar, ou, ao menos, se adaptar às novas condições climáticas.

Na Maré, os dados abertos sobre as infraestruturas de saneamento básico apontam para a existência de um sistema de redes mistas de esgotamento sanitário e drenagem pluvial. Embora haja bons exemplos do benefício dessas redes mistas em algumas localidades, há também desafios quando o volume de chuva se torna maior, visto que se torna mais custoso pensar o tratamento desse esgoto, assim como há a possibilidade de extravasar para outros corpos hídricos, ou para as próprias casas dos moradores por refluxo de esgoto, como tem ocorrido frequentemente na Maré.

Segundo dados do Data Rio (2017), a maior parte das favelas da Maré são atendidas com uma rede de esgoto oficial, porém não se têm acesso a dados sobre qual é a porcentagem do esgoto que é tratado — e a Maré se encontra ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto Alegria (ETE Alegria), uma das maiores estações de tratamento de esgoto do Rio de Janeiro, e que teria capacidade de tratar todo o esgoto da Maré

No entanto, dados do Cocôzap (2022) mostram que, mesmo com a ligação oficial ao sistema de coleta de esgoto, a Maré ainda sofre muitos problemas relacionados a uma estrutura deficitária de esgotamento sanitário.

Assim, ao tratar o agravamento dessas questões frente a crise climática, surgem algumas propostas:

> Sistema de drenagem de águas pluviais

Como apontado, um dos efeitos mais visíveis do déficit de saneamento e relação com a crise climática envolve a drenagem urbana. Um dos meios para melhorar a qualidade de vida no território é pensar em um sistema de drenagem urbano que seja capaz de suprir as necessidades dos diferentes territórios, e que seja capaz de lidar com os episódios cada vez mais frequentes e intensos de chuva, evitando alagamentos e enchentes.

> Coleta e tratamento de esgoto

Além de melhorias na coleta de esgoto da Maré, há a necessidade de que o esgoto do território seja tratado. Dessa forma, seria possível evitar que toneladas de esgoto fossem descartadas incorretamente nos corpos hídricos que circundam a Maré, e pensar em um território mais sustentável.

> Baía de Guanabara e áreas de lazer

Há desde os anos 1990 o Plano de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), o que envolve tratar também seus afluentes, como o Canal do Cunha e o Canal do Fundão, que estão ligados ao Complexo da Maré. O alinhamento ao PDBG

faria com que esses canais pudessem ser utilizados com viés econômico, como anteriormente, e faria com que as áreas verdes próximas a esses pudessem ser espaços de lazer no território.

4.2 SEGURANÇA ALIMENTAR

A insegurança alimentar no contexto da crise climática é um fator de alerta. Pois são direitos fundamentais impactados negativamente pela alteração climática. Segundo definição elaborada pela Rede de Informações de Segurança Alimentar, esta é alcançada quando todas as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, para uma vida ativa e saudável. E a realidade enfrentada pelas famílias no Complexo da Maré escancara um acesso restrito a alimentos saudáveis e nutritivos, impactando a todos, principalmente as crianças.

Assim, ao tratar o agravamento dessas questões frente a crise climática, surgem algumas propostas:

Revitalização e criação de novas hortas comunitárias

O Complexo da Maré possui sua maior horta comunitária na área conhecida na favela como “mata”, e nomeada como “Parque Ecológico”, situada na parte sudeste da Maré. Porém é a única área verde da região e é necessário implementar um sistema que garanta que as hortas tenham permanência ativa no território, oferecendo insumos e possibilidade de trocas de espécies entre os moradores, instituições e iniciativas que cuidam desses espaços.

Implementar a política de reeducação alimentar e educação climática nas escolas

Diante da necessidade de se trabalhar o tema das mudanças climáticas dentro de sala de aula, de forma transversal e interdisciplinar, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou o Projeto de Lei 6.060/22. O desafio agora é implementar em todas as escolas da Maré para que questões como saúde e segurança alimentar sejam incorporadas no dia a dia dos alunos de forma a criar uma consciência sobre como eles são impactados e quais as soluções possíveis.

Feiras agroecológicas e padrões de distribuição

Incentivar alguns pontos fixos nas feiras da Maré com barracas agroecológicas para eu seja distribuído produtos agroecológicos e materiais fruto de produtores locais, incluindo artesanato para disseminar conhecimentos e ideias sobre agroecologia, nutrição e saúde, auxiliando na reeducação alimentar.

4.3 URBANIZAÇÃO

Pensar nos atravessamentos de injustiças climáticas no contexto urbano da Maré envolve pensar, intrinsecamente, nas faltas que constituem a Maré como um conjunto de favelas. A composição da Maré traz um aspecto importante para se pensar no avanço da crise climática no território. A Maré é um local de aterro - até meados dos anos 1950, a maioria das favelas tinham suas casas construídas sobre palafitas, visto que a maior parte de sua extensão era formada por cursos d'água, como rios e mangues. Com o passar do tempo, o Complexo da Maré começou a ser aterrado - tanto de forma autônoma, como por parte de projetos de infraestrutura da cidade - e começou a ter um processo contínuo de adensamento populacional.

Atualmente, a Maré possui cerca de 140 mil habitantes e a infraestrutura urbana não corresponde ao tamanho do território, seja populacional, seja territorial. A Maré é uma ilha de calor, possui pontos frequentes de alagamentos em decorrência de chuvas, e muitas construções verticalizadas, dificultando a circulação de ar. Pensar em ambientes com ventilação cruzada, por exemplo, é quase impossível dentro do modelo urbanístico que a Maré segue.

Um dos grandes empecilhos no processo urbanizatório da Maré são as diferentes formações de favelas; enquanto houve favelas que foram construídas de forma espontânea, como o Parque Maré, há outras que foram parte de projetos urbanísticos do governo, como o Salsa e Merengue. Esse processo faz com que seja difícil abordar problemas, desafios e/ou melhorias de forma homogênea - as políticas urbanas têm que ser pensadas a depender da especificidade da favela referida.

Quando se pensa no avanço da crise climática, os efeitos urbanos mais práticos que têm sido vistos na Maré são alagamentos e inundações decorrentes das chuvas mais fortes, frequentes e em épocas não esperadas. Algumas famílias que moram às margens de rios, por exemplo, têm apresentado cada vez mais relatos de momentos nos quais a água da chuva entra dentro das casas devido a enchentes, ou então transbordam por refluxo dos sistemas de drenagem e esgoto por dentro das próprias casas.

Assim, ao tratar o agravamento dessas questões frente a crise climática, surgem algumas propostas:

> Garantia de acesso ao direito à moradia adequada, segura e resiliente no território:

Com o avanço da crise climática, pensar em moradias adequadas, seguras e resilientes no qual o processo de adaptação seja inclusivo e participativo, considerando as vozes locais dentro do território, são de suma importância para os próximos anos. Ressalta-se a necessidade de que essas adaptações sejam feitas primeiramente no próprio território, no qual políticas de deslocamento para territórios distantes da Maré só sejam permitidas uma vez que o território se torne inabitável por questões climáticas.

> **Recuperação de ciclovias, instalação de sistemas de bicicletas compartilhadas e linhas de ônibus elétrico dentro do território**

Pensar meios de transporte dentro do território é uma questão de mobilidade urbana, direito à cidade inclusiva, considerando questões de adaptação e até mesmo mitigação frente às condições climáticas. No verão, a Maré têm temperaturas altíssimas e que, devido ao planejamento urbano, colocam em risco idosos, gestantes e crianças. Uma Maré com opções de transportes sustentáveis reduziria a exposição desses grupos à temperaturas extremas, e aumentaria a qualidade de vida no território.

> **Participação social como pilar na formulação de políticas de planejamento urbano**

Deve-se ater a participação social como um pilar ao se pensar o planejamento urbano na Maré. A crise climática impõe novos desafios para a manutenção da vida, em especial em territórios periféricos. No entanto, é fundamental lembrar-se que esses territórios constituem memórias, afetos, coletividades e direitos, e portanto, devem ter suas necessidades ouvidas e incluídas na formulação e execução de políticas públicas.

4.4 GÊNERO E RAÇA

Fruto da colonização, a formação da sociedade brasileira é marcada por desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero que se perpetuam e se renovam. E, como demonstrado no início da carta, a história das favelas é conectada com esta desigualdade.

O Complexo da Maré é composto de uma população de maioria de pessoas auto-declaradas pretas ou pardas de acordo com o Censo Populacional do território (62.1%), destacando também a presença de uma população indígena de 0.6%. Portanto, a população da Maré convive com problemas estruturais que são reflexo de séculos de desigualdade racial e exploração – problemas estes intensificados pelas mudanças climáticas, capazes de produzir novas formas de racismo, como exclusão dessa população à medidas de mitigação e adaptação.

Na Maré, praticamente a metade das mulheres com 15 anos ou mais de idade é responsável por domicílios e 62,5% das mulheres entre 25 e 29 anos são mães. As mulheres pobres, das periferias urbanas, são as maiores vítimas de enchentes e eventos extremos. E estudos revelam que a violência contra mulher aumenta com as mudanças climáticas. Durante o conflito, as mulheres enfrentam maior violência doméstica, intimidação sexual, tráfico de seres humanos e estupro.

Neste sentido, para seguir com as ações direcionadas às mudanças climáticas na favela, é necessário ter sempre as dimensões de raça, classe e gênero como elementos centrais para refletir e construir ações coletivas de enfrentamento que sejam pensadas a partir da realidade local pelas pessoas que cotidianamente vivenciam os impactos da crise climática e a luta por soluções.

Assim, ao tratar o agravamento dessas questões frente a crise climática, surgem algumas propostas:

> **Ter mais mulheres pretas da favela nas tomadas de decisões**

Como diz a frase ecoada por movimentos sociais: “Nada sobre nós, sem nós!” Entendemos que é fundamental a participação ativa de mulheres pretas e de favela nas tomadas de decisões no que tange o entendimento de que elas são linha de frente ao sofrer os impactos climáticos, portanto elas também devem ser protagonistas no desenvolvimento de soluções.

> **Mapeamento dos conhecimentos e tecnologias ancestrais de adaptação desenvolvidas na Maré**

Acreditamos que pessoas em situação de vulnerabilidade são grandes mestres das adaptação devido a necessidade cotidiana de adaptar-se a situações adversas. No entanto, estes conhecimentos desenvolvidos ao longo da história e passado muitas vezes de geração em geração são muitas vezes invisíveis e pouco valorizados. Portanto, precisamos mapear os conhecimentos e tecnologias ancestrais dos moradores do território, valorizar e fortalecer o desenvolvimento das mesmas.

> **Distribuição desigual de energia elétrica nas diferentes regiões da Maré**

Em locais no qual há constante oscilação de energia, fazendo com que ruas e demais espaços urbanos fiquem sem luz, gera instantaneamente um ambiente inseguro principalmente para mulheres! A crise climática intensifica o problema da falta de acesso a energia, portanto é necessário além de uma distribuição igualitária, que seja de fontes renováveis, dessa forma o território terá a garantia que a luz não faltará, criando um espaço mais seguro para as mulheres da Maré.